

I Simpósio de Educação Tecnológica

IA e os desafios educacionais

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

4 a 6 de agosto de 2026

Eixo temático: Educação Tecnológica e desafios do contexto educacional contemporâneo

DA AUTONOMIA AO MONITORAMENTO? LEITURAS CRÍTICAS DA PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Danilo Simioni¹
Oséias Santos de Oliveira²

Resumo: O estudo tem como objetivo analisar as abordagens presentes na produção acadêmica brasileira, publicada entre 2020 e 2026, acerca da plataformação da educação pública, com foco nas relações entre controle docente, intensificação do trabalho, financeirização educacional, mediações algorítmicas e formas de resistência. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, desenvolvida por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). As buscas foram realizadas nas bases Web of Science e Portal de Periódicos CAPES, resultando em um corpus final composto por 28 estudos. A análise permitiu identificar cinco categorias temáticas: Plataformação e Controle Docente; Precarização e Intensificação do Trabalho; Financeirização e EdTechs; Inteligência Artificial (IA), Algoritmos e Vigilância; e Pedagogia Crítica e Resistências. A revisão evidenciou uma compreensão predominante da plataformação como um processo que ultrapassa a inovação tecnológica, envolvendo transformações nas formas de governança da educação pública, na atuação docente e na participação de agentes externos na definição das práticas educacionais.

Palavras-chave: Educação tecnológica. Plataformação da educação. Trabalho docente.

Introdução

A incorporação de plataformas digitais aos sistemas públicos de ensino tem se consolidado como uma das principais transformações recentes no campo educacional. Esse processo foi intensificado a partir de 2020, em decorrência das demandas do ensino remoto emergencial, este processo ampliou a presença das tecnologias digitais nas atividades de ensino, aprendizagem e gestão escolar.

A plataformação da educação envolve mudanças que extrapolam a adoção de ferramentas tecnológicas, alcançando a organização do trabalho pedagógico, o uso de dados educacionais e a crescente participação de agentes privados nas políticas educacionais. Neste

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET-CT) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR/Curitiba), e-mail: danielosimioni@alunos.utfpr.edu.br

² Doutor em Educação, Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET-CT) e no Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR/Curitiba), e-mail: oseiass@utfpr.edu.br

I Simpósio de Educação Tecnológica

IA e os desafios educacionais

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

4 a 6 de agosto de 2026

contexto, emergem debates sobre seus efeitos nos processos pedagógicos, na docência e na governança da educação pública.

Diante desta breve contextualização, a presente pesquisa é orientada pela seguinte questão: De que maneira a produção acadêmica brasileira tem problematizado a plataformização da educação pública, no período entre 2020 e 2026?

Para responder a tal questionamento, a pesquisa propõe-se a mapear o debate acadêmico nacional do último sexênio, debruçando-se sobre dimensões como a perda de autonomia dos professores, o aumento da carga laboral, a mercantilização do ensino, a intervenção tecnológica e os movimentos de enfrentamento. Cabe ressaltar que este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET-CT), voltada à análise dos impactos da plataformização da educação na prática pedagógica e na autonomia de professores de Matemática da rede estadual de ensino do Paraná.

Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). O processo foi conduzido com base no Protocolo Prisma 2020. A busca bibliográfica foi realizada em março de 2026 nas bases *Web of Science* (WoS) e Portal de Periódicos CAPES, selecionadas por sua relevância e abrangência no campo educacional. Foram utilizados os descritores “plataformização da educação” ou “dataficação”, combinados aos termos “autonomia docente” e “trabalho docente”, por meio dos operadores booleanos OR e AND.

O recorte temporal compreendeu o período de 2020 a 2026, marcado pela intensificação da adoção de plataformas digitais nos sistemas educacionais após a pandemia de Covid-19. Foram incluídos estudos voltados à discussão da plataformização da Educação Básica e do trabalho docente, com abordagem crítica explícita. Excluíram-se trabalhos referentes exclusivamente ao Ensino Superior, publicações sem acesso verificável ou DOI, textos em idioma diferente do português, estudos não relacionados ao objeto investigado, pesquisas de caráter predominantemente instrumental e registros duplicados. A busca inicial

I Simpósio de Educação Tecnológica

IA e os desafios educacionais

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

4 a 6 de agosto de 2026

identificou 48 registros. Após a remoção de duplicidades e a aplicação dos critérios de seleção, 28 estudos compuseram o corpus final de análise.

A análise temática do corpus permitiu identificar cinco categorias analíticas que organizam as principais abordagens presentes na literatura, a saber: a) Plataformização e Controle Docente; b) Precarização e Intensificação do Trabalho; c) Financeirização e EdTechs; d) IA, Algoritmos e Vigilância e e) Pedagogia Crítica e Resistências. A distribuição dos artigos nas respectivas categorias analíticas encontra-se apresentada no Quadro 01.

Quadro 01 – Distribuição do corpus por categoria temática

Categoria Temática	Nº de Artigos	Artigos Representativos
Plataformização e Controle Docente	7	Pasini; Silva (2024); Garbin <i>et al.</i> (2025); Ramos <i>et al.</i> (2026); Alves; Sousa (2026); Pessin; Rodrigues (2026); Viegas; Lamb (2025); Matiola; Santos; Neto (2025).
Precarização e Intensificação do Trabalho	8	Cavazzani <i>et al.</i> (2024); Leher (2022); Sousa Júnior (2024); Machado; Silva; Lara; Both (2025); Silva; Castro (2026); Andrade; Barbosa II (2026); Vitorino; Alves (2026); Cordeiro <i>et al.</i> (2026).
Financeirização e EdTechs	6	Barbosa; Alves (2023); Andrade; Barbosa I (2025); Echalar; Peixoto <i>et al.</i> (2025); Peixoto; Echalar; Souza (2025); Silva; Carolei (2024); Mallmann (2023).
IA, Algoritmos e Vigilância	4	Silva Júnior; Fargoni (2025); Duci; Gomes; Lastória (2025); Almeida; Fernandes Jr. (2025); Meireles; Adão (2025)
Pedagogia Crítica e Resistências	4	Rodrigues; Almeida (2024); Romualdo; Assis (2026); Dutra; Cecílio (2026); Matiola; Santos; Neto (2026).

Fonte: Os autores (2026).

Estas categorias estruturam a discussão apresentada nas seções seguintes e sintetizam as principais tendências identificadas na literatura analisada.

Categoria: Plataformização e Controle Docente

Na primeira categoria situam-se sete estudos que analisam a plataformização da educação como mecanismo de controle e regulação do trabalho docente. Apesar das diferenças de contexto e abordagem metodológica, os trabalhos convergem ao apontar que a

I Simpósio de Educação Tecnológica

IA e os desafios educacionais

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

4 a 6 de agosto de 2026

adoção de plataformas digitais nas redes públicas de ensino tem produzido mudanças nas formas de organização, acompanhamento e avaliação das atividades pedagógicas.

Pasini e Silva (2024), ao investigarem a rede estadual do Paraná, demonstram como sistemas de monitoramento, como o *Power BI*, contribuem para a reorganização do trabalho pedagógico em torno de indicadores de desempenho e metas institucionais. Em perspectiva semelhante, Garbin, Ribeiro e Cipoli (2025), analisam a rede paulista e identificam processos associados ao conceito de performatividade de Ball (2005), nos quais a atuação docente passa a ser crescentemente avaliada por métricas e resultados mensuráveis.

Os achados de Viegas e Lamb (2025), reforçam esta discussão ao indicar que a expansão das plataformas digitais vem sendo acompanhada pela redução dos espaços de decisão pedagógica coletiva e pela ampliação de atividades previamente estruturadas pelas próprias ferramentas. Na mesma direção, Matiola, Santos e Neto (2026), argumentam que a organização do ensino segundo a lógica das plataformas transfere para agentes externos a definição de conteúdos, procedimentos e formas de acompanhamento.

Ramos *et al.* (2026), ampliam esta análise ao discutir os impactos da plataformização sobre a identidade profissional docente. Pessin e Rodrigues (2026), ao examinarem a formação continuada na rede estadual do Espírito Santo, observam que a lógica de monitoramento também alcança os processos formativos. De modo convergente, Alves e Sousa (2026), identificam a ampliação de mecanismos de regulação que afetam a autonomia pedagógica e as condições de exercício da docência.

Categoria: Precarização e Intensificação do Trabalho Docente

Na segunda categoria foram agrupados oito estudos que discutem os efeitos da plataformização sobre as condições de trabalho dos professores. Embora desenvolvidos em diferentes contextos e objetos empíricos, os trabalhos convergem ao evidenciar que a incorporação de plataformas digitais tem sido acompanhada pela ampliação das demandas laborais e pela intensificação das atividades docentes.

Cavazzani, Santos e Lopes (2024), utilizam o conceito de fábrica difusa para descrever a expansão do trabalho para além dos limites físicos e temporais da escola. Segundo os autores, atividades relacionadas ao acompanhamento de plataformas, preenchimento de

I Simpósio de Educação Tecnológica

IA e os desafios educacionais

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

4 a 6 de agosto de 2026

registros e monitoramento de indicadores passam a ocupar tempos anteriormente destinados ao planejamento, ao descanso e à vida pessoal dos professores. Em diálogo com Antunes (1995; 2018), este movimento é interpretado como parte de processos mais amplos de reestruturação do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Leher (2023), situa essas transformações no contexto da mercantilização da educação, argumentando que a pandemia de Covid-19 acelerou tendências já presentes nas políticas educacionais. Na mesma direção, Sousa Júnior (2024), analisa as relações entre reformismo educacional e plataformização, destacando seus efeitos sobre a organização do trabalho docente na Educação Básica pública.

A dimensão subjetiva deste processo é explorada por Machado, Silva, Lara e Both (2025), que identificam associações entre intensificação do trabalho, vigilância digital e manifestações de sofrimento psíquico, como ansiedade e esgotamento profissional. Silva e Castro (2026) discutem os impactos da crescente utilização de materiais produzidos externamente às escolas, sobre a autoria docente e o planejamento pedagógico. Complementarmente, Andrade e Barbosa (2026), Vitorino e Alves (2026) e Cordeiro, Malaquias e Albuquerque (2026), evidenciam relações entre captura do trabalho intelectual, economia da atenção e processos de precarização intensificados durante e após a pandemia.

Categoria: Financeirização, EdTechs e Privatização da Educação Pública

A terceira categoria identifica seis estudos que analisam a plataformização da educação como parte de processos mais amplos de financeirização e privatização da educação pública. Em conjunto, estas pesquisas problematizam a crescente participação de empresas de tecnologia educacional (EdTechs) nas redes públicas de ensino e os efeitos dessa inserção sobre a organização pedagógica e a autonomia das instituições escolares.

Barbosa e Alves (2023), demonstram que a Reforma do Ensino Médio criou condições favoráveis para a ampliação da presença das EdTechs nas redes públicas, ao flexibilizar estruturas curriculares e ampliar possibilidades de contratação de soluções educacionais externas. Andrade e Barbosa (2025), examinam os impactos das EdTechs sobre o trabalho docente, evidenciando relações marcadas por assimetrias na definição de conteúdos, ritmos de aprendizagem e mecanismos de avaliação. Em perspectiva complementar, Mallmann (2023),

I Simpósio de Educação Tecnológica

IA e os desafios educacionais

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

4 a 6 de agosto de 2026

analisa o discurso da inovação tecnológica e argumenta que ele frequentemente atua como mecanismo de legitimação da expansão empresarial sobre a educação pública, apresentando como modernização processos que envolvem crescente dependência tecnológica.

Os estudos de Echalar, Peixoto e colaboradores (2025) e de Peixoto, Echalar e Souza (2025), introduzem a noção de soberania digital como alternativa à dependência tecnológica observada nas redes públicas brasileiras. Os autores defendem que as decisões relacionadas ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias educacionais devem considerar as necessidades e especificidades das comunidades escolares, reduzindo a dependência de plataformas produzidas por grandes corporações internacionais.

Categoria: IA, Algoritmos e Vigilância

A quarta categoria reúne quatro estudos que abordam a crescente presença da inteligência artificial, dos algoritmos e dos mecanismos de vigilância nos processos educacionais. Trata-se de uma temática recente na literatura analisada, uma vez que todos os estudos identificados foram publicados em 2025, refletindo a rápida expansão dessas tecnologias no campo educacional. Silva Júnior e Fargoni (2025), discutem os impactos da inteligência artificial sobre o trabalho docente e utilizam a expressão “inteligência sequestrada” para problematizar situações em que sistemas algorítmicos passam a influenciar decisões tradicionalmente associadas ao julgamento profissional dos professores. Ainda, alertam para os riscos da substituição de processos pedagógicos complexos por procedimentos automatizados orientados por critérios de eficiência e desempenho.

Também Duci, Gomes e Lastória (2025), analisam o discurso da inovação associado à inteligência artificial. Por meio da metáfora do “canto das sereias”, argumentam que promessas de personalização e eficiência podem obscurecer relações de poder, interesses econômicos e implicações pedagógicas presentes na adoção destas tecnologias.

Meireles e Adão (2025), ampliam o debate ao introduzirem a abordagem do colonialismo digital. Os autores demonstram que grande parte das plataformas utilizadas nas redes públicas brasileiras é desenvolvida por empresas multinacionais, suscitando questionamentos sobre autonomia, soberania digital e capacidade de definição local das políticas educacionais. Complementarmente, Almeida e Fernandes Junior (2025), refletem

I Simpósio de Educação Tecnológica

IA e os desafios educacionais

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

4 a 6 de agosto de 2026

sobre as implicações da inteligência artificial para a proteção de dados na Educação Básica, destacando preocupações relacionadas à privacidade, à transparência e ao cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Categoria: Pedagogia Crítica e Resistências

A quinta categoria reúne quatro estudos que investigam possibilidades de resistência à plataformização da educação e discutem alternativas voltadas à preservação da autonomia docente e da dimensão crítica do trabalho pedagógico. Diferentemente das categorias voltadas à análise dos mecanismos de controle e regulação, este conjunto de pesquisas busca compreender formas de enfrentamento e apropriação das tecnologias orientadas por finalidades educativas mais amplas.

Romualdo e Assis (2026), articulam contribuições da pedagogia crítica e da Pedagogia Histórico-Crítica para analisar os desafios impostos pela plataformização. Em diálogo com Freire (2014), os autores defendem a formação docente como um processo político e reflexivo, capaz de promover a compreensão crítica das tecnologias educacionais e de seus impactos na escola pública.

Silva e Carolei (2024), destacam que a inserção das plataformas digitais não ocorre sem tensionamentos, identificando movimentos de resistência pedagógica construídos pelos professores diante das prescrições tecnológicas. Rodrigues e Almeida (2024), apresentam as narrativas digitais como estratégia de resistência pedagógica, destacando seu potencial para favorecer a construção coletiva de percursos de aprendizagem contextualizados. Neste contexto, as tecnologias digitais são utilizadas como instrumentos de mediação pedagógica que preservam a autoria docente e a produção de sentidos vinculados às realidades locais.

A discussão é aprofundada por Matiola, Santos e Neto (2026), que argumentam que os recursos digitais podem contribuir para o ensino quando os professores mantêm o controle sobre objetivos, metodologias e processos avaliativos. Estes autores observam que as tensões se intensificam quando as plataformas passam a definir conteúdos, ritmos e formas de organização do trabalho pedagógico. De modo convergente, Dutra e Cecílio (2026), identificam a resistência pedagógica como uma categoria emergente na literatura brasileira, evidenciando a ampliação deste debate e sua relevância para futuras agendas de pesquisa.

I Simpósio de Educação Tecnológica

IA e os desafios educacionais

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

4 a 6 de agosto de 2026

Conclusões

A análise desenvolvida nesta RSL confirma a consolidação da plataformização da educação como um campo de investigação em expansão. Os estudos indicam que a crescente inserção de plataformas digitais nos sistemas públicos de ensino tem produzido mudanças na gestão educacional, na organização do trabalho docente e nos processos de acompanhamento das atividades escolares. Entre os aspectos mais recorrentes destacam-se a ampliação de mecanismos de monitoramento e regulação das práticas pedagógicas e a crescente participação de agentes privados nas políticas educacionais.

Outro aspecto relevante refere-se à concentração das pesquisas em redes estaduais, especialmente nos estados de São Paulo e Paraná, indicando a centralidade destes contextos para a compreensão do fenômeno no cenário nacional. A RSL também evidenciou lacunas importantes, sobretudo a reduzida presença de estudos voltados a componentes curriculares específicos e às repercussões da plataformização em áreas particulares do conhecimento.

Como contribuição para o campo da Educação Tecnológica, o estudo sistematiza uma produção acadêmica recente e dispersa, permitindo identificar tendências analíticas, convergências teóricas e possibilidades de investigação futura. Como limitação, a revisão restringiu-se a publicações em língua portuguesa, indexadas nas bases *Web of Science* e Portal de Periódicos CAPES, no período de 2020 a 2026. Ainda assim, os resultados oferecem subsídios para o aprofundamento das discussões sobre as relações entre tecnologias, plataformização, trabalho docente e educação pública no contexto brasileiro.

Referências

ALMEIDA, S. C. D.; JUNIOR, A. M. F.; FERNANDES, M. M. Cartografia da inteligência artificial e da proteção de dados na educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 46, 2025.

ANDRADE, F.; BARBOSA, C. Plataformização da educação e avanço das EdTechs: desafios ao trabalho docente. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 36, n. 2, 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

I Simpósio de Educação Tecnológica

IA e os desafios educacionais

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

4 a 6 de agosto de 2026

ALVES, L. C.; SOUSA, F. R. de. A plataformação do trabalho docente na rede estadual paulista: da subsunção à precarização. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 22, n. 1, p. 1-23, e255208, 2026. Acesso em: 19 jun. 2026.

ASSIS, L. L. R. de; ROMUALDO, J. B. Pedagogia crítica em tempos digitais: disputas na formação docente frente ao avanço da plataformação no Brasil. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 22, n. 1, p. 1-15, e255163, 2026. Acesso em: 19 jun. 2026.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set. 2005.

BARBOSA, R. P.; ALVES, N. A Reforma do Ensino Médio e a plataformação da educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, 2023.

CAVAZZANI, A. L. M.; SANTOS, R. O.; LOPES, L. F. Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 209-228, jan. 2024.

CORDEIRO, R. F. D. O.; MALAQUIAS, A. G. B.; ALBUQUERQUE, S. L. S. A plataformação silenciosa: concepções de tecnologia e precarização do trabalho docente durante a pandemia de Covid-19. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, 2026.

DUCCI, J. R.; GOMES, L. R.; LASTÓRIA, L. A. C. N. Ensino plataformação sob o influxo da inteligência artificial: novo canto das sereias? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 46, 2025.

DUTRA, J; CECÍLIO, S. Plataformação e trabalho docente: uma revisão de escopo. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S.l.], v.15, n.1, p.1-19, 2026. em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/79540>. Acesso em: 28 jun. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GARBIN, M. C.; RIBEIRO, P. R. L.; CIPOLI, I. C. S. O. Plataformação e controle pedagógico: disputas em torno da autonomia docente na rede estadual paulista. **Pro-Posições**, Campinas, v. 36, 2025.

LEHER, R. Mercantilização da educação básica, sistemas de ensino e plataformas de trabalho como expressões da pedagogia do capital. **Paradigma**, Maracay, v. 44, n. 5, p. 34-60, 2023.

SILVA, N. A. G; CAROLEI, P. Plataformação da educação pública: desafios para autonomia docente e inclusão discente. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, 2024.

MACHADO, A. K.; SILVA, G.; LARA, M. G.; BOTH, J. "Novas formas de trabalhar, novos modos de adoecer": plataformação, intensificação do trabalho docente e adoecimento psíquico. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 22, 2025.

I Simpósio de Educação Tecnológica

IA e os desafios educacionais

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

4 a 6 de agosto de 2026

MALLMANN, E. M. A vulgarização da inovação nas políticas públicas e a hegemonia proprietária na plataformização da educação pública. **Paradigma**, Maracay, v. 44, n. 5, p. 542-568, 2023.

MATIOLA, R. P.; SANTOS, R.; SOUZA NETO, A. Dos usos das tecnologias ao fenômeno de plataformização da educação: uma perspectiva crítica de análise do trabalho docente. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 1-19, 2026.

MEIRELES, J.; ADÃO, F. D. S. P. Plataformização da educação em tempos de colonialismo digital: reconfigurações da relação professor-estudante. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 46, 2025.

PASINI, J. F. S.; SILVA, I. G. Plataformização da educação no estado do Paraná: caminhos para a padronização do trabalho pedagógico. **Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 18, n. 43, p. 18-29, 2024.

PESSIN, E.; RODRIGUES, R. F. Plataformização da formação continuada docente na rede pública do Espírito Santo: impactos sobre a autonomia profissional e o trabalho pedagógico. **Cadernos Cajuína**, Teresina, v. 11, n. 2, 2026.

RAMOS, L. R.; MATIAS, V. de F.; FAVARO, Neide de A. L. Galvão; BRISCHILIARO, Gabriela C. Os impactos da plataformização da aprendizagem na identidade profissional docente. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 22, n. 1, p. 1-18, e255178, 2026. Acesso em: 19 jun. 2026.

RODRIGUES, A.; ALMEIDA, M. E. B. Para além das plataformas e do tecnicismo: narrativas digitais e formação docente crítico-reflexiva. **Sisyphus – Journal of Education**, Lisboa, v. 11, n. 3, p. 46-68, fev. 2024.

SILVA, M. M.; CASTRO, M. S. Fábricas de conteúdo: a subordinação do trabalho docente à lógica da financeirização e plataformização. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2026.

SILVA JÚNIOR, J. R. S.; FARGONI, E. H. E. A inteligência sequestrada: IA, dominação algorítmica e insurgência do conhecimento. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 46, 2025.

SOUSA JÚNIOR, J. E. A. "Chorei sem saber o que ensinar": reformismo, plataformização e precarização do trabalho docente na educação básica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 16, n. 3, p. 167-189, 2024.

VIEGAS, M. F.; LAMB, M. E. Plataformas digitais, Estado e desigualdade no trabalho docente com dados. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 45, 2025.

VITORINO, C.; ALVES, L. R. G.. Plataformização da educação e práxis docente: revisão bibliográfica sobre economia da atenção e transformações pedagógicas. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 22, n. 1, p. 1-30, e255213, 2026. Acesso em: 19 jun. 2026.